

A disciplina comunicação comunitária em artigos de revistas acadêmicas: formação para a cidadania e possibilidades em ensino e pesquisa

Disciplina de comunicación comunitaria en trabajos académicos magazine: capacitación para la ciudadanía y posibilidades en la educación y la investigación

The community communication discipline in academic journals: citizenship training and its possibilities in education and research

Cláudia Regina Lahni

Professora Associada da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), pós-doutora em Comunicação pela UERJ, vice-líder do Grupo de Estudos e Pesquisas Educação, Comunicação e Feminismo (FACED-UFJF), participante do Grupo de Pesquisa Geografias da Comunicação (PPGCOM-UERJ) e do Grupo de Pesquisa Comunicação para a Cidadania (Intercom).

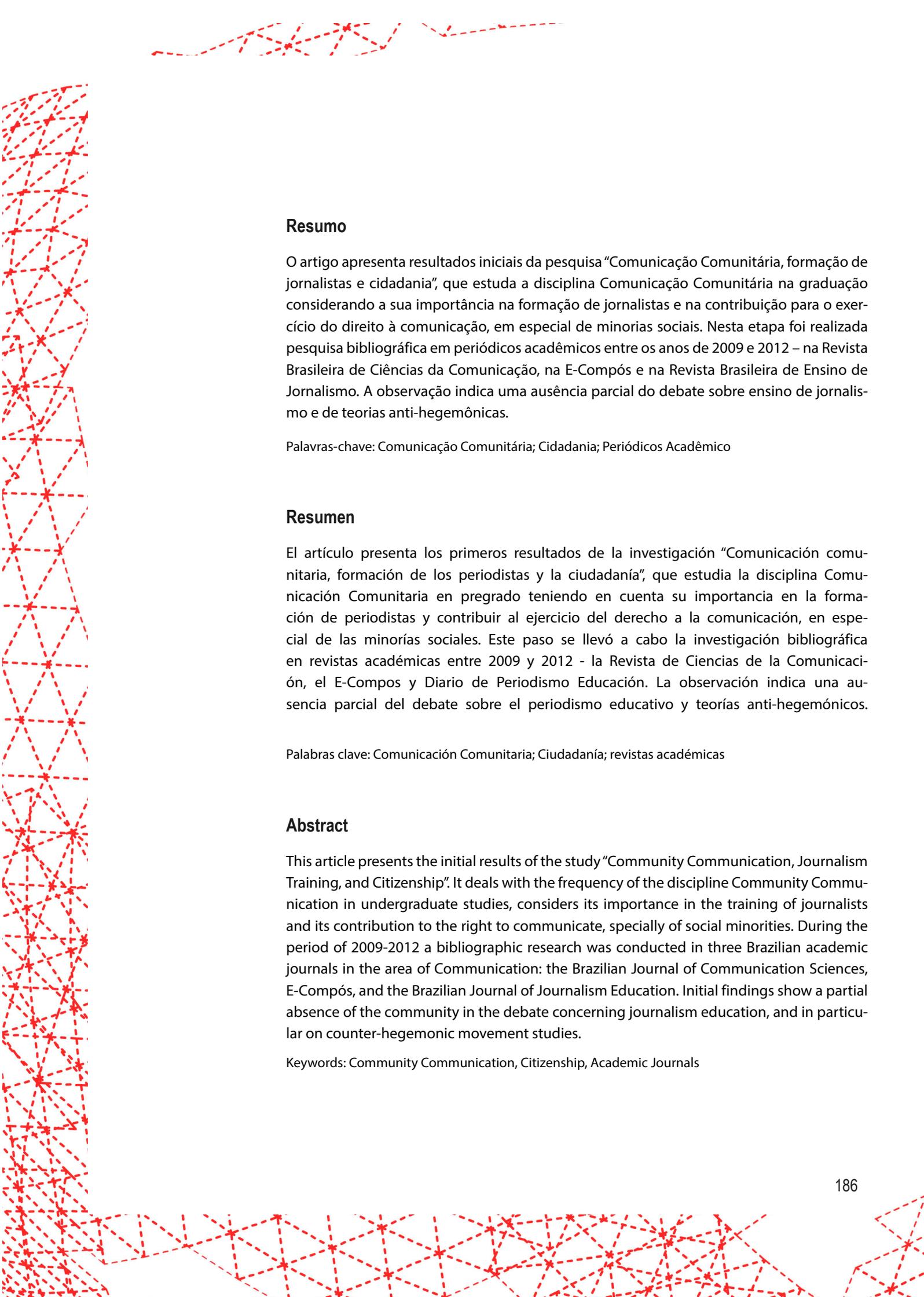
Contato: lahni.cr@gmail.com

Sonia Virgínia Moreira

Professora Associada da Faculdade de Comunicação Social e do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), líder do Grupo de Pesquisa Geografias da Comunicação (PPGCOM-UERJ).

Contato: soniavm@gmail.com

Artigo recebido em 10/11/2015 e aceito em 18/12/2015



Resumo

O artigo apresenta resultados iniciais da pesquisa “Comunicação Comunitária, formação de jornalistas e cidadania”, que estuda a disciplina Comunicação Comunitária na graduação considerando a sua importância na formação de jornalistas e na contribuição para o exercício do direito à comunicação, em especial de minorias sociais. Nesta etapa foi realizada pesquisa bibliográfica em periódicos acadêmicos entre os anos de 2009 e 2012 – na Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, na E-Compós e na Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo. A observação indica uma ausência parcial do debate sobre ensino de jornalismo e de teorias anti-hegemônicas.

Palavras-chave: Comunicação Comunitária; Cidadania; Periódicos Acadêmico

Resumen

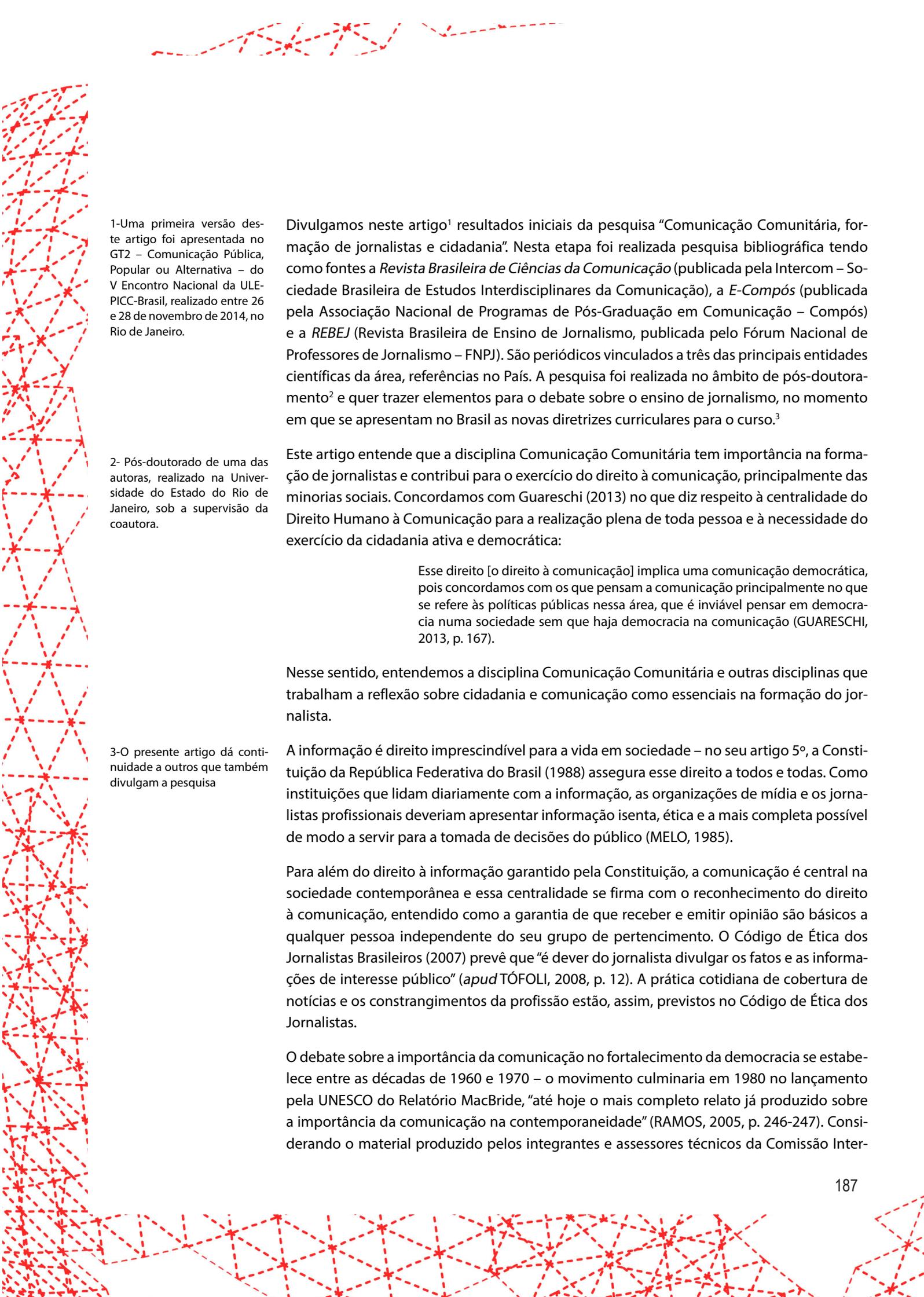
El artículo presenta los primeros resultados de la investigación “Comunicación comunitaria, formación de los periodistas y la ciudadanía”, que estudia la disciplina Comunicación Comunitaria en pregrado teniendo en cuenta su importancia en la formación de periodistas y contribuir al ejercicio del derecho a la comunicación, en especial de las minorías sociales. Este paso se llevó a cabo la investigación bibliográfica en revistas académicas entre 2009 y 2012 - la Revista de Ciencias de la Comunicación, el E-Compos y Diario de Periodismo Educación. La observación indica una ausencia parcial del debate sobre el periodismo educativo y teorías anti-hegemónicas.

Palabras clave: Comunicación Comunitaria; Ciudadanía; revistas académicas

Abstract

This article presents the initial results of the study “Community Communication, Journalism Training, and Citizenship”. It deals with the frequency of the discipline Community Communication in undergraduate studies, considers its importance in the training of journalists and its contribution to the right to communicate, specially of social minorities. During the period of 2009-2012 a bibliographic research was conducted in three Brazilian academic journals in the area of Communication: the Brazilian Journal of Communication Sciences, E-Compós, and the Brazilian Journal of Journalism Education. Initial findings show a partial absence of the community in the debate concerning journalism education, and in particular on counter-hegemonic movement studies.

Keywords: Community Communication, Citizenship, Academic Journals



1-Uma primeira versão deste artigo foi apresentada no GT2 – Comunicação Pública, Popular ou Alternativa – do V Encontro Nacional da ULE-PICC-Brasil, realizado entre 26 e 28 de novembro de 2014, no Rio de Janeiro.

2- Pós-doutorado de uma das autoras, realizado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, sob a supervisão da coautora.

3-O presente artigo dá continuidade a outros que também divulgam a pesquisa

Divulgamos neste artigo¹ resultados iniciais da pesquisa “Comunicação Comunitária, formação de jornalistas e cidadania”. Nesta etapa foi realizada pesquisa bibliográfica tendo como fontes a *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação* (publicada pela Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação), a *E-Compós* (publicada pela Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação – Compós) e a *REBEJ* (Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo, publicada pelo Fórum Nacional de Professores de Jornalismo – FNPJ). São periódicos vinculados a três das principais entidades científicas da área, referências no País. A pesquisa foi realizada no âmbito de pós-doutoramento² e quer trazer elementos para o debate sobre o ensino de jornalismo, no momento em que se apresentam no Brasil as novas diretrizes curriculares para o curso.³

Este artigo entende que a disciplina Comunicação Comunitária tem importância na formação de jornalistas e contribui para o exercício do direito à comunicação, principalmente das minorias sociais. Concordamos com Guareschi (2013) no que diz respeito à centralidade do Direito Humano à Comunicação para a realização plena de toda pessoa e à necessidade do exercício da cidadania ativa e democrática:

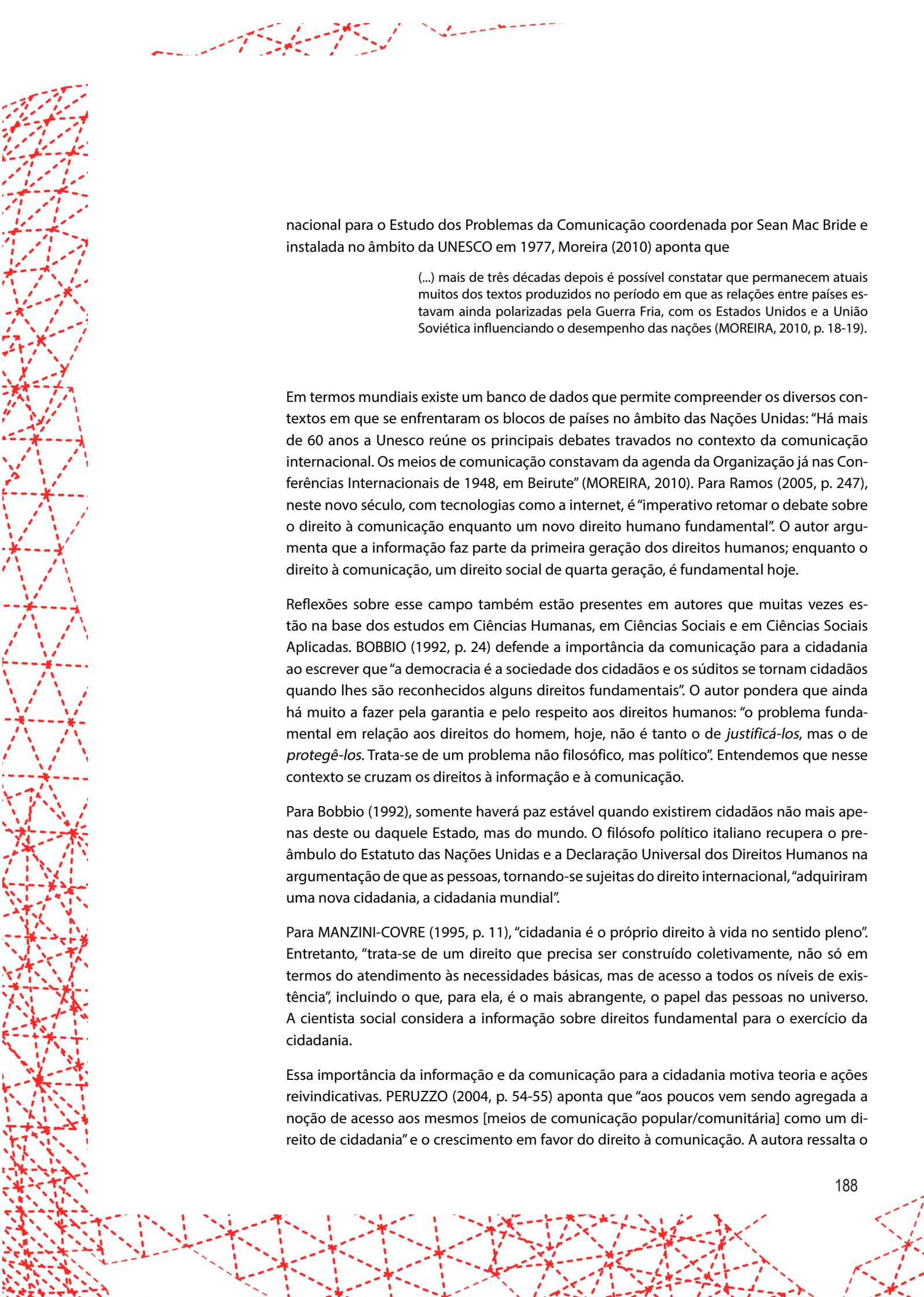
Esse direito [o direito à comunicação] implica uma comunicação democrática, pois concordamos com os que pensam a comunicação principalmente no que se refere às políticas públicas nessa área, que é inviável pensar em democracia numa sociedade sem que haja democracia na comunicação (GUARESCHI, 2013, p. 167).

Nesse sentido, entendemos a disciplina Comunicação Comunitária e outras disciplinas que trabalham a reflexão sobre cidadania e comunicação como essenciais na formação do jornalista.

A informação é direito imprescindível para a vida em sociedade – no seu artigo 5º, a Constituição da República Federativa do Brasil (1988) assegura esse direito a todos e todas. Como instituições que lidam diariamente com a informação, as organizações de mídia e os jornalistas profissionais deveriam apresentar informação isenta, ética e a mais completa possível de modo a servir para a tomada de decisões do público (MELO, 1985).

Para além do direito à informação garantido pela Constituição, a comunicação é central na sociedade contemporânea e essa centralidade se firma com o reconhecimento do direito à comunicação, entendido como a garantia de que receber e emitir opinião são básicos a qualquer pessoa independente do seu grupo de pertencimento. O Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (2007) prevê que “é dever do jornalista divulgar os fatos e as informações de interesse público” (*apud* TÓFOLI, 2008, p. 12). A prática cotidiana de cobertura de notícias e os constrangimentos da profissão estão, assim, previstos no Código de Ética dos Jornalistas.

O debate sobre a importância da comunicação no fortalecimento da democracia se estabelece entre as décadas de 1960 e 1970 – o movimento culminaria em 1980 no lançamento pela UNESCO do Relatório MacBride, “até hoje o mais completo relato já produzido sobre a importância da comunicação na contemporaneidade” (RAMOS, 2005, p. 246-247). Considerando o material produzido pelos integrantes e assessores técnicos da Comissão Inter-



nacional para o Estudo dos Problemas da Comunicação coordenada por Sean Mac Bride e instalada no âmbito da UNESCO em 1977, Moreira (2010) aponta que

(...) mais de três décadas depois é possível constatar que permanecem atuais muitos dos textos produzidos no período em que as relações entre países estavam ainda polarizadas pela Guerra Fria, com os Estados Unidos e a União Soviética influenciando o desempenho das nações (MOREIRA, 2010, p. 18-19).

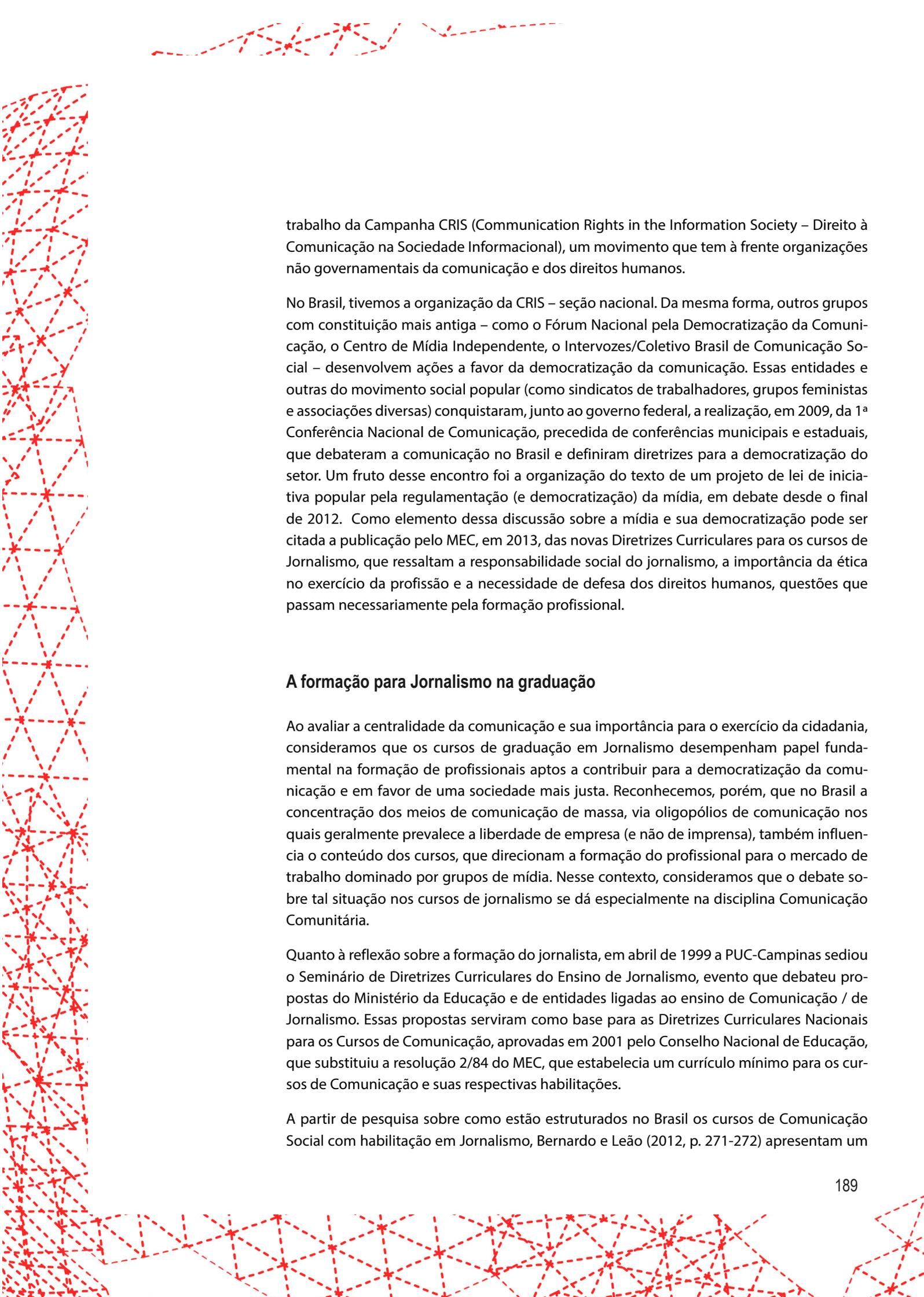
Em termos mundiais existe um banco de dados que permite compreender os diversos contextos em que se enfrentaram os blocos de países no âmbito das Nações Unidas: “Há mais de 60 anos a Unesco reúne os principais debates travados no contexto da comunicação internacional. Os meios de comunicação constavam da agenda da Organização já nas Conferências Internacionais de 1948, em Beirute” (MOREIRA, 2010). Para Ramos (2005, p. 247), neste novo século, com tecnologias como a internet, é “imperativo retomar o debate sobre o direito à comunicação enquanto um novo direito humano fundamental”. O autor argumenta que a informação faz parte da primeira geração dos direitos humanos; enquanto o direito à comunicação, um direito social de quarta geração, é fundamental hoje.

Reflexões sobre esse campo também estão presentes em autores que muitas vezes estão na base dos estudos em Ciências Humanas, em Ciências Sociais e em Ciências Sociais Aplicadas. BOBBIO (1992, p. 24) defende a importância da comunicação para a cidadania ao escrever que “a democracia é a sociedade dos cidadãos e os súditos se tornam cidadãos quando lhes são reconhecidos alguns direitos fundamentais”. O autor pondera que ainda há muito a fazer pela garantia e pelo respeito aos direitos humanos: “o problema fundamental em relação aos direitos do homem, hoje, não é tanto o de *justificá-los*, mas o de *protegê-los*. Trata-se de um problema não filosófico, mas político”. Entendemos que nesse contexto se cruzam os direitos à informação e à comunicação.

Para Bobbio (1992), somente haverá paz estável quando existirem cidadãos não mais apenas deste ou daquele Estado, mas do mundo. O filósofo político italiano recupera o preâmbulo do Estatuto das Nações Unidas e a Declaração Universal dos Direitos Humanos na argumentação de que as pessoas, tornando-se sujeitas do direito internacional, “adquiriram uma nova cidadania, a cidadania mundial”.

Para MANZINI-COVRE (1995, p. 11), “cidadania é o próprio direito à vida no sentido pleno”. Entretanto, “trata-se de um direito que precisa ser construído coletivamente, não só em termos do atendimento às necessidades básicas, mas de acesso a todos os níveis de existência”, incluindo o que, para ela, é o mais abrangente, o papel das pessoas no universo. A cientista social considera a informação sobre direitos fundamental para o exercício da cidadania.

Essa importância da informação e da comunicação para a cidadania motiva teoria e ações reivindicativas. PERUZZO (2004, p. 54-55) aponta que “aos poucos vem sendo agregada a noção de acesso aos mesmos [meios de comunicação popular/comunitária] como um direito de cidadania” e o crescimento em favor do direito à comunicação. A autora ressalta o



trabalho da Campanha CRIS (Communication Rights in the Information Society – Direito à Comunicação na Sociedade Informacional), um movimento que tem à frente organizações não governamentais da comunicação e dos direitos humanos.

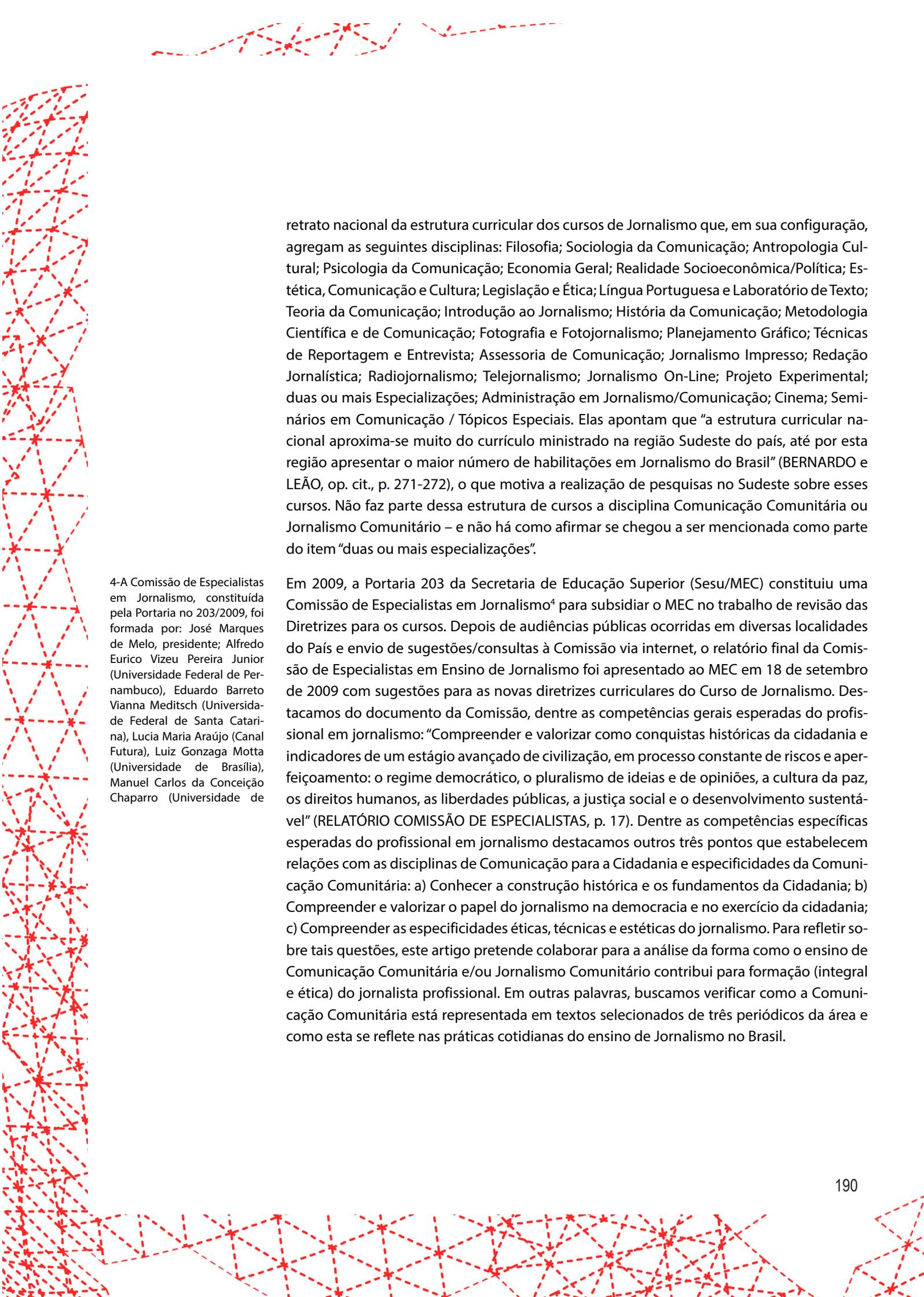
No Brasil, tivemos a organização da CRIS – seção nacional. Da mesma forma, outros grupos com constituição mais antiga – como o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, o Centro de Mídia Independente, o Intervenções/Coletivo Brasil de Comunicação Social – desenvolvem ações a favor da democratização da comunicação. Essas entidades e outras do movimento social popular (como sindicatos de trabalhadores, grupos feministas e associações diversas) conquistaram, junto ao governo federal, a realização, em 2009, da 1ª Conferência Nacional de Comunicação, precedida de conferências municipais e estaduais, que debateram a comunicação no Brasil e definiram diretrizes para a democratização do setor. Um fruto desse encontro foi a organização do texto de um projeto de lei de iniciativa popular pela regulamentação (e democratização) da mídia, em debate desde o final de 2012. Como elemento dessa discussão sobre a mídia e sua democratização pode ser citada a publicação pelo MEC, em 2013, das novas Diretrizes Curriculares para os cursos de Jornalismo, que ressaltam a responsabilidade social do jornalismo, a importância da ética no exercício da profissão e a necessidade de defesa dos direitos humanos, questões que passam necessariamente pela formação profissional.

A formação para Jornalismo na graduação

Ao avaliar a centralidade da comunicação e sua importância para o exercício da cidadania, consideramos que os cursos de graduação em Jornalismo desempenham papel fundamental na formação de profissionais aptos a contribuir para a democratização da comunicação e em favor de uma sociedade mais justa. Reconhecemos, porém, que no Brasil a concentração dos meios de comunicação de massa, via oligopólios de comunicação nos quais geralmente prevalece a liberdade de empresa (e não de imprensa), também influencia o conteúdo dos cursos, que direcionam a formação do profissional para o mercado de trabalho dominado por grupos de mídia. Nesse contexto, consideramos que o debate sobre tal situação nos cursos de jornalismo se dá especialmente na disciplina Comunicação Comunitária.

Quanto à reflexão sobre a formação do jornalista, em abril de 1999 a PUC-Campinas sediou o Seminário de Diretrizes Curriculares do Ensino de Jornalismo, evento que debateu propostas do Ministério da Educação e de entidades ligadas ao ensino de Comunicação / de Jornalismo. Essas propostas serviram como base para as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Comunicação, aprovadas em 2001 pelo Conselho Nacional de Educação, que substituiu a resolução 2/84 do MEC, que estabelecia um currículo mínimo para os cursos de Comunicação e suas respectivas habilitações.

A partir de pesquisa sobre como estão estruturados no Brasil os cursos de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo, Bernardo e Leão (2012, p. 271-272) apresentam um



retrato nacional da estrutura curricular dos cursos de Jornalismo que, em sua configuração, agregam as seguintes disciplinas: Filosofia; Sociologia da Comunicação; Antropologia Cultural; Psicologia da Comunicação; Economia Geral; Realidade Socioeconômica/Política; Estética, Comunicação e Cultura; Legislação e Ética; Língua Portuguesa e Laboratório de Texto; Teoria da Comunicação; Introdução ao Jornalismo; História da Comunicação; Metodologia Científica e de Comunicação; Fotografia e Fotojornalismo; Planejamento Gráfico; Técnicas de Reportagem e Entrevista; Assessoria de Comunicação; Jornalismo Impresso; Redação Jornalística; Radiojornalismo; Telejornalismo; Jornalismo On-Line; Projeto Experimental; duas ou mais Especializações; Administração em Jornalismo/Comunicação; Cinema; Seminários em Comunicação / Tópicos Especiais. Elas apontam que “a estrutura curricular nacional aproxima-se muito do currículo ministrado na região Sudeste do país, até por esta região apresentar o maior número de habilitações em Jornalismo do Brasil” (BERNARDO e LEÃO, op. cit., p. 271-272), o que motiva a realização de pesquisas no Sudeste sobre esses cursos. Não faz parte dessa estrutura de cursos a disciplina Comunicação Comunitária ou Jornalismo Comunitário – e não há como afirmar se chegou a ser mencionada como parte do item “duas ou mais especializações”.

4-A Comissão de Especialistas em Jornalismo, constituída pela Portaria no 203/2009, foi formada por: José Marques de Melo, presidente; Alfredo Eurico Vizeu Pereira Junior (Universidade Federal de Pernambuco), Eduardo Barreto Vianna Meditsch (Universidade Federal de Santa Catarina), Lucia Maria Araújo (Canal Futura), Luiz Gonzaga Motta (Universidade de Brasília), Manuel Carlos da Conceição Chaparro (Universidade de

Em 2009, a Portaria 203 da Secretaria de Educação Superior (Sesu/MEC) constituiu uma Comissão de Especialistas em Jornalismo⁴ para subsidiar o MEC no trabalho de revisão das Diretrizes para os cursos. Depois de audiências públicas ocorridas em diversas localidades do País e envio de sugestões/consultas à Comissão via internet, o relatório final da Comissão de Especialistas em Ensino de Jornalismo foi apresentado ao MEC em 18 de setembro de 2009 com sugestões para as novas diretrizes curriculares do Curso de Jornalismo. Destacamos do documento da Comissão, dentre as competências gerais esperadas do profissional em jornalismo: “Compreender e valorizar como conquistas históricas da cidadania e indicadores de um estágio avançado de civilização, em processo constante de riscos e aperfeiçoamento: o regime democrático, o pluralismo de ideias e de opiniões, a cultura da paz, os direitos humanos, as liberdades públicas, a justiça social e o desenvolvimento sustentável” (RELATÓRIO COMISSÃO DE ESPECIALISTAS, p. 17). Dentre as competências específicas esperadas do profissional em jornalismo destacamos outros três pontos que estabelecem relações com as disciplinas de Comunicação para a Cidadania e especificidades da Comunicação Comunitária: a) Conhecer a construção histórica e os fundamentos da Cidadania; b) Compreender e valorizar o papel do jornalismo na democracia e no exercício da cidadania; c) Compreender as especificidades éticas, técnicas e estéticas do jornalismo. Para refletir sobre tais questões, este artigo pretende colaborar para a análise da forma como o ensino de Comunicação Comunitária e/ou Jornalismo Comunitário contribui para formação (integral e ética) do jornalista profissional. Em outras palavras, buscamos verificar como a Comunicação Comunitária está representada em textos selecionados de três periódicos da área e como esta se reflete nas práticas cotidianas do ensino de Jornalismo no Brasil.

5- Ouvido o Conselho Nacional de Educação, as novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para os cursos de Jornalismo foram homologadas pelo Ministro da Educação, Aluizio Mercadante, e publicadas no Diário Oficial da União em 12 de setembro de 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_download&gid=13063&Itemid= - acesso em 12 de junho de 2014.

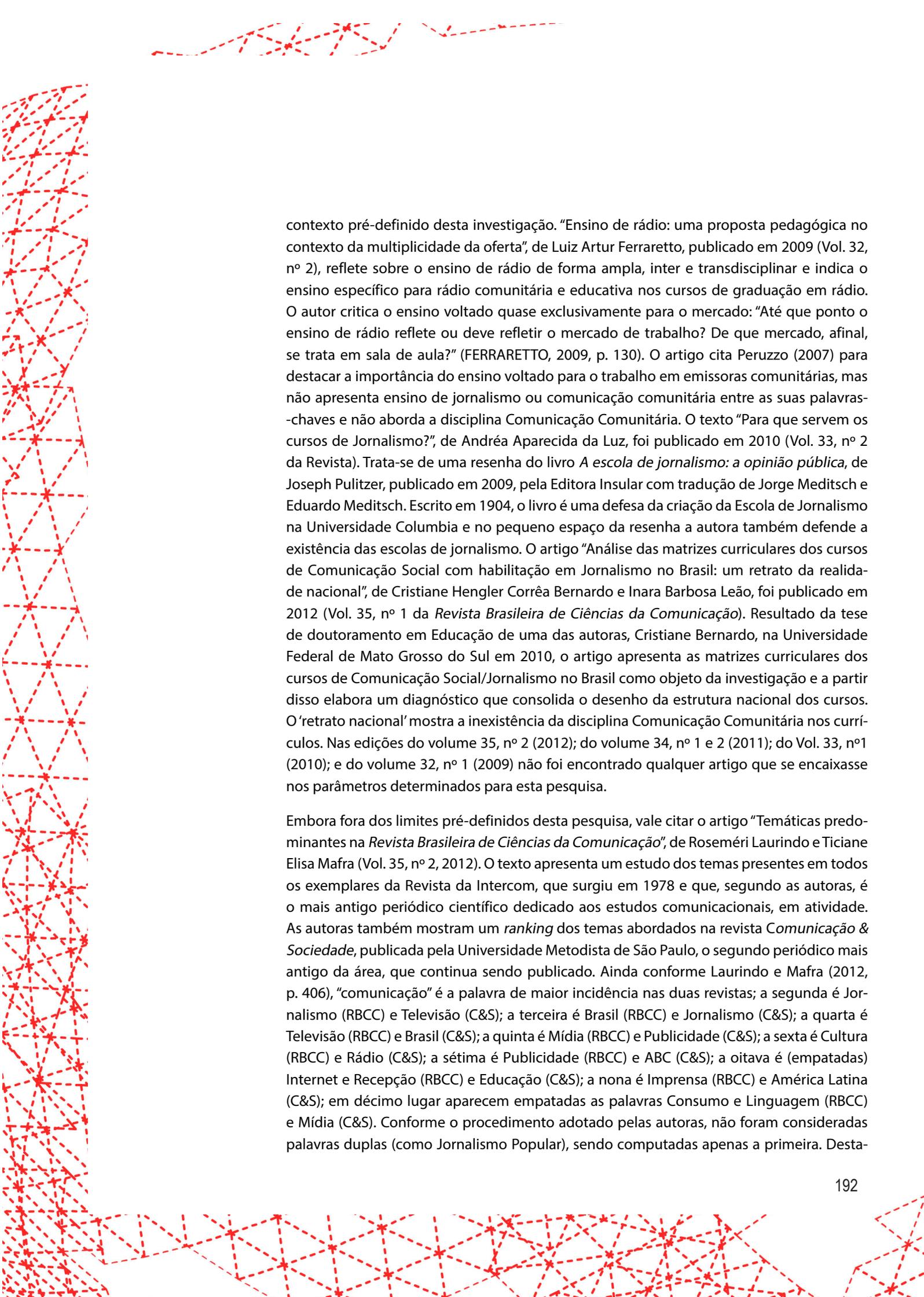
6-<http://portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/index> - acesso em 8, 9, 10 e 11/07/2013.

Comunicação Comunitária em periódicos científicos

Desenvolvemos aqui argumentos baseados na primeira das três etapas previstas na pesquisa de pós-doutoramento: a revisão bibliográfica sobre os temas ensino de jornalismo; ensino de comunicação comunitária; formação universitária; currículo; parâmetros curriculares para o ensino de Jornalismo. Tendo 2009 como ano-base, foi realizado o levantamento dos assuntos nos seguintes periódicos: *Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo* (publicada pelo Fórum Nacional de Professores de Jornalismo – FNPJ); *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação (da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – Intercom)*; e *E-Compós* (da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação – Compós). A busca nessas publicações se estendeu entre 2009 e 2012. A data inicial considerou três eventos significativos ao longo de 2009 relacionados diretamente ao ensino de Jornalismo / de Comunicação: em fevereiro, a convocação pelo MEC da Comissão de Especialistas presidida pelo professor José Marques de Melo para elaborar a base das novas Diretrizes Curriculares de Jornalismo (cujo relatório final foi entregue ao Ministério em setembro do mesmo ano)⁵; em junho, a decisão do Supremo Tribunal Federal que determinou o fim da obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão de jornalista; e, em dezembro, a realização em Brasília da 1ª Conferência Nacional de Comunicação (Confecom).

A segunda etapa desta pesquisa registrou um panorama nacional do ensino de Comunicação Comunitária nos cursos brasileiros de Jornalismo por meio do levantamento, em sites de cursos e faculdades, dos currículos da graduação em Jornalismo. Foi feita uma amostragem com base nos dados coletados em universidades públicas (federais ou estaduais) e, eventualmente, em particulares, com curso de Jornalismo – uma em cada estado. Na terceira etapa da pesquisa, foram realizadas entrevistas com professores da disciplina Comunicação Comunitária (ou similar) e com coordenadores de curso. O objetivo das entrevistas é conhecer os cursos, as disciplinas focadas no conteúdo de Comunicação Comunitária e a sua importância para o curso de modo geral, considerando a formação dos estudantes e a pertinência para a comunidade. A proposta geral da pesquisa foi refletir sobre o direito à comunicação e sobre o ensino de Comunicação Comunitária. Os dados iniciais da revisão bibliográfica abordada neste artigo representam a primeira etapa da investigação, que localizou artigos sobre os temas mencionados anteriormente – como ensino de jornalismo, ensino de comunicação comunitária, formação universitária, currículo e parâmetros curriculares para o ensino de jornalismo.

A *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação* é publicação semestral, em versões impressa e online. Em dezembro de 2013 estava no volume 36, número 2. No período definido de quatro anos foram pesquisados artigos publicados em oito edições da Revista, localizados por meio do sistema de busca do próprio site da publicação⁶ e pela leitura do sumário, palavras-chave e resumos de cada edição. Como resultado, três textos se encaixaram no



contexto pré-definido desta investigação. “Ensino de rádio: uma proposta pedagógica no contexto da multiplicidade da oferta”, de Luiz Artur Ferraretto, publicado em 2009 (Vol. 32, nº 2), reflete sobre o ensino de rádio de forma ampla, inter e transdisciplinar e indica o ensino específico para rádio comunitária e educativa nos cursos de graduação em rádio. O autor critica o ensino voltado quase exclusivamente para o mercado: “Até que ponto o ensino de rádio reflete ou deve refletir o mercado de trabalho? De que mercado, afinal, se trata em sala de aula?” (FERRARETTO, 2009, p. 130). O artigo cita Peruzzo (2007) para destacar a importância do ensino voltado para o trabalho em emissoras comunitárias, mas não apresenta ensino de jornalismo ou comunicação comunitária entre as suas palavras-chaves e não aborda a disciplina Comunicação Comunitária. O texto “Para que servem os cursos de Jornalismo?”, de Andréa Aparecida da Luz, foi publicado em 2010 (Vol. 33, nº 2 da Revista). Trata-se de uma resenha do livro *A escola de jornalismo: a opinião pública*, de Joseph Pulitzer, publicado em 2009, pela Editora Insular com tradução de Jorge Meditsch e Eduardo Meditsch. Escrito em 1904, o livro é uma defesa da criação da Escola de Jornalismo na Universidade Columbia e no pequeno espaço da resenha a autora também defende a existência das escolas de jornalismo. O artigo “Análise das matrizes curriculares dos cursos de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo no Brasil: um retrato da realidade nacional”, de Cristiane Hengler Corrêa Bernardo e Inara Barbosa Leão, foi publicado em 2012 (Vol. 35, nº 1 da *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*). Resultado da tese de doutoramento em Educação de uma das autoras, Cristiane Bernardo, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul em 2010, o artigo apresenta as matrizes curriculares dos cursos de Comunicação Social/Jornalismo no Brasil como objeto da investigação e a partir disso elabora um diagnóstico que consolida o desenho da estrutura nacional dos cursos. O ‘retrato nacional’ mostra a inexistência da disciplina Comunicação Comunitária nos currículos. Nas edições do volume 35, nº 2 (2012); do volume 34, nº 1 e 2 (2011); do Vol. 33, nº1 (2010); e do volume 32, nº 1 (2009) não foi encontrado qualquer artigo que se encaixasse nos parâmetros determinados para esta pesquisa.

Embora fora dos limites pré-definidos desta pesquisa, vale citar o artigo “Temáticas predominantes na *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*”, de Roseméri Laurindo e Ticiane Elisa Mafra (Vol. 35, nº 2, 2012). O texto apresenta um estudo dos temas presentes em todos os exemplares da Revista da Intercom, que surgiu em 1978 e que, segundo as autoras, é o mais antigo periódico científico dedicado aos estudos comunicacionais, em atividade. As autoras também mostram um *ranking* dos temas abordados na revista *Comunicação & Sociedade*, publicada pela Universidade Metodista de São Paulo, o segundo periódico mais antigo da área, que continua sendo publicado. Ainda conforme Laurindo e Mafra (2012, p. 406), “comunicação” é a palavra de maior incidência nas duas revistas; a segunda é Jornalismo (RBCC) e Televisão (C&S); a terceira é Brasil (RBCC) e Jornalismo (C&S); a quarta é Televisão (RBCC) e Brasil (C&S); a quinta é Mídia (RBCC) e Publicidade (C&S); a sexta é Cultura (RBCC) e Rádio (C&S); a sétima é Publicidade (RBCC) e ABC (C&S); a oitava é (empatadas) Internet e Recepção (RBCC) e Educação (C&S); a nona é Imprensa (RBCC) e América Latina (C&S); em décimo lugar aparecem empatadas as palavras Consumo e Linguagem (RBCC) e Mídia (C&S). Conforme o procedimento adotado pelas autoras, não foram consideradas palavras duplas (como Jornalismo Popular), sendo computadas apenas a primeira. Desta-



7- Informação do site da revista, disponível em 30 de janeiro de 2014 em: <http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/about/editorialPolicies#focusAndScope>

8- Informações no site da revista disponível em 19 de maio de 2014 em: www.fnpj.org.br/rebej/ojs/index.php/rebej/index

9- No período de elaboração deste artigo não conseguimos ter acesso às edições de 2009.

camos aqui que a palavra “Cidadania” não está entre os temas de maior incidência nas duas revistas, da mesma forma que a palavra “Comunidade” não aparece entre as mais frequentes na revista da Universidade Metodista de São Paulo – sede do Comuni, um dos principais grupos de estudos de Comunicação Comunitária do País.

Como a publicação científica oficial da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, a revista *E-Compós* tem formato eletrônico e periodicidade quadrimestral. Lançada em 2004, “tem como principal finalidade difundir a produção acadêmica de pesquisadores da área de comunicação, inseridos em instituições do Brasil e do exterior”, informa o site da Associação. Em 2013, a *E-Compós* teve publicadas duas edições – Vol. 16, nº 1 (2013) e Vol. 16, nº 2 (2013)⁷. Seguindo os objetivos do projeto ao qual se vincula este artigo, analisamos as três edições anuais da *E-Compós* entre 2009 e 2012, totalizando 12 edições. As edições foram as seguintes: Vol. 12, nº 1, Vol. 12, nº 2 e Vol. 12, nº 3 (2009); Vol. 13, nº 1, Vol. 13, nº 2 e Vol. 13, nº 3 (2010); Vol. 14, nº 1, Vol. 14, nº 2 e Vol. 14, nº 3 (2011); e Vol. 15, nº 1, Vol. 15, nº 2 e Vol. 15, nº 3 (2012). Em 11 das edições analisadas, não foi encontrado artigo que atendesse as definições da pesquisa. Separamos inicialmente um artigo, ainda que o mesmo não correspondesse ao objeto pesquisado. Em “A prática da pesquisa em Comunicação: abordagem metodológica como tomada de decisões” (publicado na *E-Compós* Vol. 14, nº 1 – 2011), o professor José Luiz Braga apresenta como palavras-chaves Pesquisa em Comunicação, Metodologias, Currículo, Fundamentação Teórica, Observação Sistemática, Objeções. Nas palavras do autor, “o texto toma como eixo a questão prática de como fornecer, na realidade atual dos programas de pós-graduação em Comunicação, apoio para o encaminhamento metodológico adequado de teses e dissertações” (BRAGA, 2011, p. 1). Ele também defende que pesquisas empíricas são um processo formativo essencial para mestrands e doutorandos, com o foco na pós-graduação.

A *Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo*, outra fonte de nossa pesquisa, é publicada pelo Fórum Nacional de Professores de Jornalismo. Lançada em 2007 é quadrimestral e tem como objetivo “ser uma ponte entre pesquisa e ações de ensino teórico e laboratorial”⁸. Conforme os objetivos desta pesquisa, observamos as seguintes edições: Vol. 1, nº 6 e nº 7 (2010); Vol. 1, nº 8 e nº 9 (2011); Vol. 1, nº 10 e nº 11 (2012)⁹. As seis edições apresentam artigos com temas variados referentes ao ensino e à pesquisa sobre Jornalismo e Comunicação em geral. Nesse conjunto foram localizados artigos sobre regulamentação da profissão, educação universitária e mercado de trabalho, convergência de mídia, ensino de rádio, telejornalismo, webjornalismo, fotojornalismo, jornalismo e videogame, extensão universitária, jornalismo científico, projeto pedagógico, e educomunicação, entre outros temas. Nesse recorte temporal, a Comunicação Comunitária aparece em “Jornal comunitário e história oral: correlação em trabalho realizado na periferia de Campinas”, artigo de Amarildo Carnicel (publicado no Vol. 1, nº 6, 2010), o qual apresenta o projeto de extensão que produz na região periférica da cidade de Campinas o jornal *Conexão Jovem*. O ensino de Jornalismo Comunitário na graduação em Jornalismo, porém, não foi tema dos textos publicados nas edições citadas da Revista.

Considerações finais

Os resultados da primeira etapa da pesquisa “Comunicação Comunitária, Formação de Jornalistas e Cidadania” estão apresentados neste artigo. Percebemos que a Comunicação Comunitária e o seu ensino como disciplina da graduação em Comunicação / em Jornalismo ainda é assunto pouco presente nas revistas analisadas. O ensino (de Comunicação Social e de Rádio) é tema de dois artigos ao longo de quatro anos (oito edições) da *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*. Desses, apenas um destaca o contexto comunitário e sua importância no ensino de rádio. Na *E-Compós*, o ensino praticamente não aparece como tema. Na *Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo*, o ensino em Comunicação e Jornalismo está presente, em acordo com o próprio objetivo da Revista, mas o ensino de Comunicação Comunitária está ausente.

Neste artigo, entendemos a necessidade do exercício do direito à comunicação na sociedade contemporânea e a importância da formação de jornalistas que possam contribuir para a democratização da comunicação. As publicações científicas que serviram como fontes desta fase da pesquisa, porém, não focam o ensino da Comunicação Comunitária como tema de artigos ou resenhas.

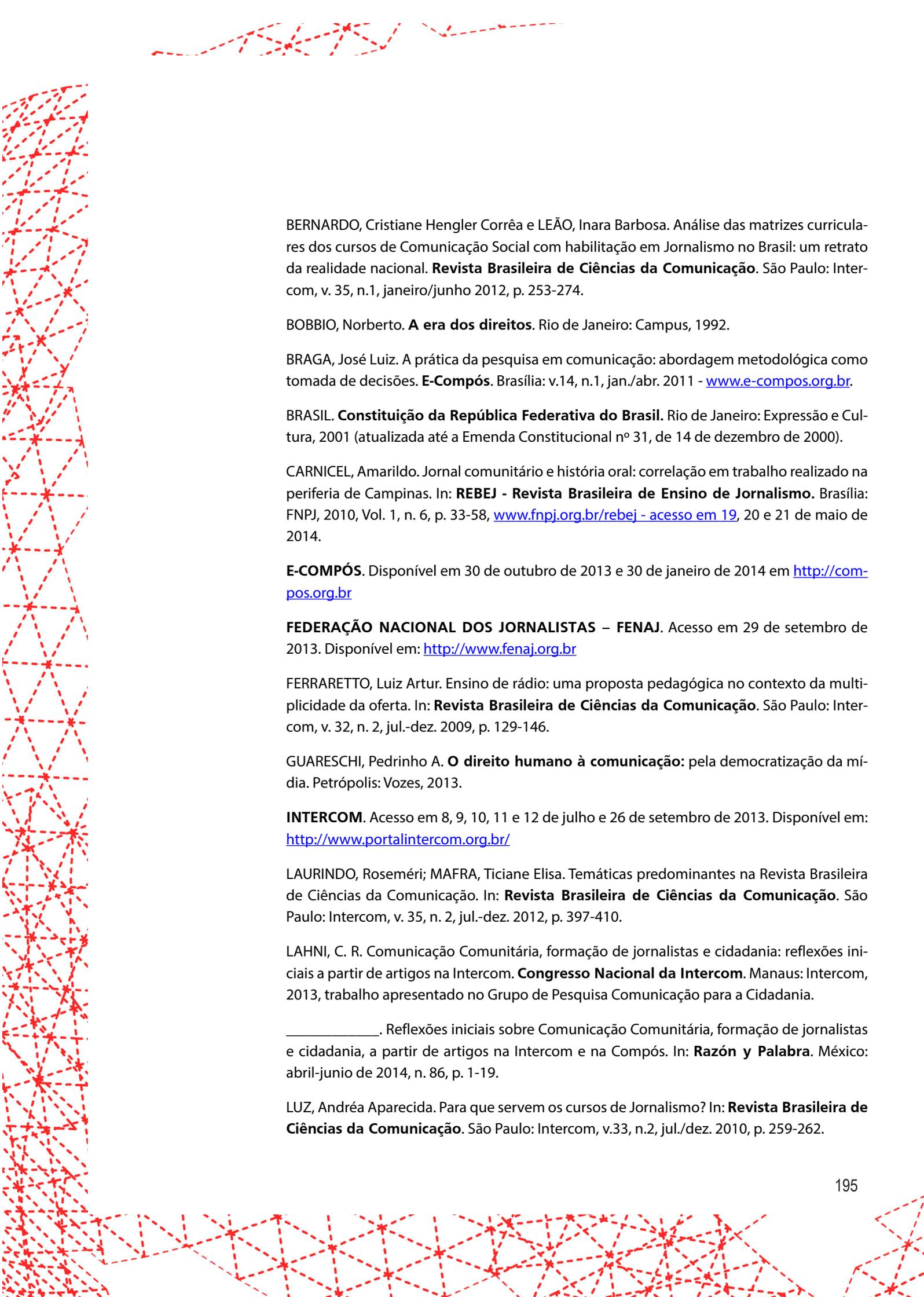
Com base no currículo modelo proposto pela UNESCO – inicialmente em 2007, na versão em inglês, e depois em 2010, na versão em português –¹⁰, as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Jornalismo apontam a necessidade de inclusão de pontos atinentes à cidadania e à democratização entre os temas essenciais para a formação em Comunicação/em Jornalismo. Avaliamos que, no âmbito da produção de textos científicos, é preciso dar mais atenção a estudos que tenham como objeto questões vinculadas diretamente ao exercício cotidiano da cidadania e da democracia. A proposta deste artigo foi contribuir para que a pesquisa no campo específico da Comunicação Comunitária possa abranger também o ensino do tema entre os elementos da graduação.

Referências

ASSOCIAÇÃO Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo – SBPJOR. Acesso em 29 de setembro de 2013. Disponível em: <http://www.sbpjor.org.br>

BAPTISTA, Rúbia. Comissão de Jornalismo faz primeira audiência para revisar currículos. In: **Educação – Portal do MEC** - Rio de Janeiro, 20 de março de 2009 – portal.mec.gov.br – acesso em 22 de setembro de 2012.

10- Model Curricula for Journalism Education. Paris: UNESCO, 2007. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001512/151209e.pdf> e Modelo Curricular da UNESCO para o Ensino de Jornalismo. Brasília: UNESCO, 2010. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001512/151209por.pdf>.



BERNARDO, Cristiane Hengler Corrêa e LEÃO, Inara Barbosa. Análise das matrizes curriculares dos cursos de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo no Brasil: um retrato da realidade nacional. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**. São Paulo: Intercom, v. 35, n.1, janeiro/junho 2012, p. 253-274.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BRAGA, José Luiz. A prática da pesquisa em comunicação: abordagem metodológica como tomada de decisões. **E-Compós**. Brasília: v.14, n.1, jan./abr. 2011 - www.e-compos.org.br.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2001 (atualizada até a Emenda Constitucional nº 31, de 14 de dezembro de 2000).

CARNICEL, Amarildo. Jornal comunitário e história oral: correlação em trabalho realizado na periferia de Campinas. In: **REBEJ - Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo**. Brasília: FNPJ, 2010, Vol. 1, n. 6, p. 33-58, www.fnpj.org.br/rebej - acesso em 19, 20 e 21 de maio de 2014.

E-COMPÓS. Disponível em 30 de outubro de 2013 e 30 de janeiro de 2014 em <http://compos.org.br>

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS – FENAJ. Acesso em 29 de setembro de 2013. Disponível em: <http://www.fenaj.org.br>

FERRARETTO, Luiz Artur. Ensino de rádio: uma proposta pedagógica no contexto da multiplicidade da oferta. In: **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**. São Paulo: Intercom, v. 32, n. 2, jul.-dez. 2009, p. 129-146.

GUARESCHI, Pedrinho A. **O direito humano à comunicação: pela democratização da mídia**. Petrópolis: Vozes, 2013.

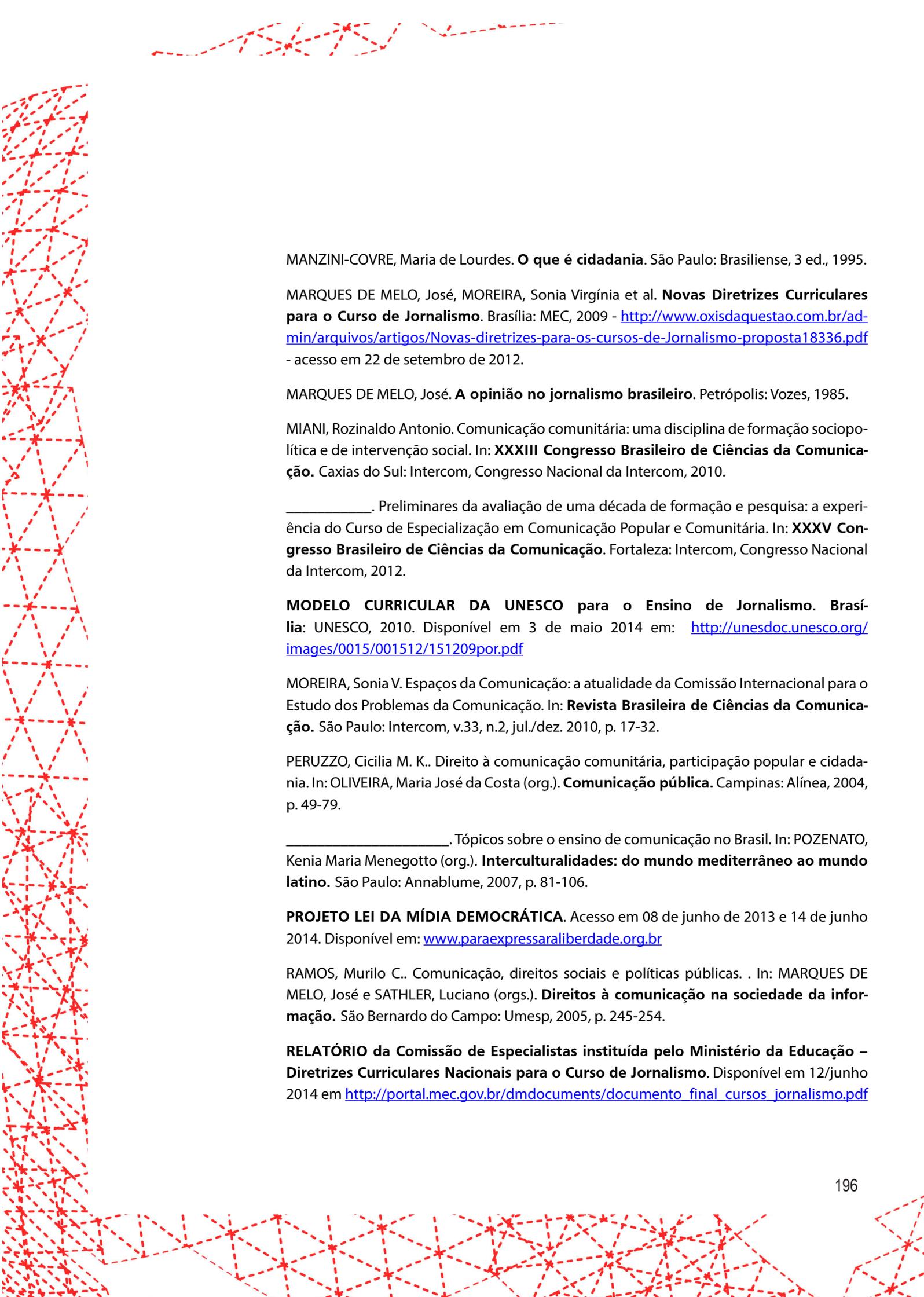
INTERCOM. Acesso em 8, 9, 10, 11 e 12 de julho e 26 de setembro de 2013. Disponível em: <http://www.portalintercom.org.br/>

LAURINDO, Roseméri; MAFRA, Ticiane Elisa. Temáticas predominantes na Revista Brasileira de Ciências da Comunicação. In: **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**. São Paulo: Intercom, v. 35, n. 2, jul.-dez. 2012, p. 397-410.

LAHNI, C. R. Comunicação Comunitária, formação de jornalistas e cidadania: reflexões iniciais a partir de artigos na Intercom. **Congresso Nacional da Intercom**. Manaus: Intercom, 2013, trabalho apresentado no Grupo de Pesquisa Comunicação para a Cidadania.

_____. Reflexões iniciais sobre Comunicação Comunitária, formação de jornalistas e cidadania, a partir de artigos na Intercom e na Compós. In: **Razón y Palabra**. México: abril-junio de 2014, n. 86, p. 1-19.

LUZ, Andréa Aparecida. Para que servem os cursos de Jornalismo? In: **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**. São Paulo: Intercom, v.33, n.2, jul./dez. 2010, p. 259-262.



MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes. **O que é cidadania**. São Paulo: Brasiliense, 3 ed., 1995.

MARQUES DE MELO, José, MOREIRA, Sonia Virgínia et al. **Novas Diretrizes Curriculares para o Curso de Jornalismo**. Brasília: MEC, 2009 - <http://www.oxisdaquestao.com.br/admin/arquivos/artigos/Novas-diretrizes-para-os-cursos-de-Jornalismo-proposta18336.pdf> - acesso em 22 de setembro de 2012.

MARQUES DE MELO, José. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985.

MIANI, Rozinaldo Antonio. Comunicação comunitária: uma disciplina de formação sociopolítica e de intervenção social. In: **XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Caxias do Sul: Intercom, Congresso Nacional da Intercom, 2010.

_____. Preliminares da avaliação de uma década de formação e pesquisa: a experiência do Curso de Especialização em Comunicação Popular e Comunitária. In: **XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Fortaleza: Intercom, Congresso Nacional da Intercom, 2012.

MODELO CURRICULAR DA UNESCO para o Ensino de Jornalismo. Brasília: UNESCO, 2010. Disponível em 3 de maio 2014 em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001512/151209por.pdf>

MOREIRA, Sonia V. Espaços da Comunicação: a atualidade da Comissão Internacional para o Estudo dos Problemas da Comunicação. In: **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**. São Paulo: Intercom, v.33, n.2, jul./dez. 2010, p. 17-32.

PERUZZO, Cicilia M. K.. Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. In: OLIVEIRA, Maria José da Costa (org.). **Comunicação pública**. Campinas: Alínea, 2004, p. 49-79.

_____. Tópicos sobre o ensino de comunicação no Brasil. In: POZENATO, Kenia Maria Menegotto (org.). **Interculturalidades: do mundo mediterrâneo ao mundo latino**. São Paulo: Annablume, 2007, p. 81-106.

PROJETO LEI DA MÍDIA DEMOCRÁTICA. Acesso em 08 de junho de 2013 e 14 de junho 2014. Disponível em: www.paraexpressaraliberdade.org.br

RAMOS, Murilo C.. Comunicação, direitos sociais e políticas públicas. . In: MARQUES DE MELO, José e SATHLER, Luciano (orgs.). **Direitos à comunicação na sociedade da informação**. São Bernardo do Campo: Umesp, 2005, p. 245-254.

RELATÓRIO da Comissão de Especialistas instituída pelo Ministério da Educação – Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Jornalismo. Disponível em 12/junho 2014 em http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/documento_final_cursos_jornalismo.pdf